

Políticas Culturais, Direito à Cidade e Transformação Social

Rui Matoso

11 fev 2017

O BE, enquanto partido inconformado com o *status quo*, deve ter das políticas culturais autárquicas uma visão e uma proposta que favoreça a tão necessária transformação social nas nossas cidades. Esta necessidade parte de um **diagnóstico negativo** das condições necessárias a uma democracia pluralista e participativa:

- «Uma parte considerável do poder local encontra-se aprisionada por aparelhos partidários com estratégias laterais e parcelares muitas vezes distintas das que poderiam prosseguir objectivos mais colectivos (...) um débil sentido de estratégia e de planeamento pró-activo (...) o desinteresse no desenvolvimento de culturas activas de cooperação e de subsidiariedade, a considerável distância face aos cidadãos e às suas formas de expressão cívica (...) a falta de espaços e de processos de participação dos cidadãos na vida da sua cidade» (João Seixas)¹;
- «Os portugueses têm muito ou algum receio de exprimir publicamente uma opinião contrária à das autoridades políticas» (Manuel Villaverde Cabral)²;
- «O panorama nacional não será portanto muito animador neste domínio, com o recalçamento da participação dos cidadãos nos assuntos da coisa pública» (Arnaldo Ribeiro)³;
- «A relação com o poder toma, por consequência, um tom inevitável de uma certa submissão ou aceitação da ordem estabelecida.» (João Pissara Esteves)⁴;
- «A pessoalização do poder acentua-se, agindo os eleitos em função de lógicas carismático-demagógicas, clientelares e partidárias e prevalecendo, por isso, uma visão paternalista.» (Maria de Lourdes Lima dos Santos)⁵

Se a qualidade da democracia se afere pela capacidade de assegurar a cada um a possibilidade de contribuir para a formação de ideias e participar na definição das opções que determinam o seu futuro, podemos concluir que estamos ainda longe desta tão simples e genuína exigência de soberania popular.

1 SEIXAS, João (2012, *A Cidade na Encruzilhada*, Edições Afrontamento)

2 CABRAL, Manuel Villaverde (2001). *Democracia e Participação Política*. Em revista *Con(m)textos de Sociologia* nº1, p. 13-17. Associação Portuguesa de Sociologia.

3 RIBEIRO, Arnaldo (2007). *Governância Municipal. Cidadania e governação nas câmaras municipais portuguesas*. Viana do Castelo. CER-Centro de Estudos Regionais.

4 ESTEVES, João Pissarra (2003). *Espaço Público e Democracia*. Lisboa. Edições Colibri.

5 SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998). *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional*. Lisboa. Observatório das Actividades Culturais.

Ao olharmos para a cidade e a cidadania como uma relação recíproca, teremos de reclamar o direito de nos transformarmos a nós mesmos – enquanto indivíduos e colectivos -, ao mesmo tempo que transformamos as cidades, mas também criticando e combatendo as forças anestésicas, os poderes hegemónicos e as lideranças caciquistas.

Nós, os movimentos sociais, as organizações e os atores sociais comprometidos com a defesa de uma sociedade civil plenamente desenvolvida, onde predomine a cidadania activa, responsável e emancipada, devemos unir esforços no sentido de ampliar os mecanismos democráticos à escala municipal, propondo medidas que visem a revitalização da participação política e cultural enquanto acção colectiva do direito à cidade. Afirmar o direito à cidade equivale a afirmar o direito à cultura, o direito à participação e à construção da vida pública - fazer cidade -, pois sem cidade não há cultura, e vice-versa.

Que estratégias e mobilizações adoptar para a construção de novas estruturas e instituições democráticas? Que iniciativas são necessárias para a revitalização das energias cívicas tendencialmente recalçadas por lógicas de dominação e reprodução presentes nas sociedades contemporâneas? Como promover e fortalecer as novas exigências de participação democrática?

Trata-se, em primeiro lugar, de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes difundidas na sociedade. De combater os mecanismos de normalização social que operam na cidade, que são intrínsecas à necessidade de reprodução do capitalismo e ao projecto de dominação que procura moldar os cidadãos, e portanto resulta de uma certa organização das relações de poder: «É o controlo deste ambiente urbano que visa preservar o equilíbrio precário da nossa sociedade, ao garantir que as pessoas continuam a agir como indivíduos egoístas e obedientes» (Stavros Stavrides)⁶.

Urge por isso reabrir os equipamentos culturais à vida quotidiana, aos desejos utópicos e aos problemas concretos, reivindicando um horizonte de novas exigências emancipatórias e democráticas. É simples: imagine-se as instituições públicas locais como espaços intensos para a troca e debate de ideias. É simples, mas raramente acontece.

Na nossa atualidade pós-política, diz Chantal Mouffe, em que o discurso dominante tenta obstruir a própria possibilidade de uma alternativa à ordem mundial, todas as práticas que possam contribuir para a subversão e a desestabilização do consenso neoliberal hegemónico são bem-vindas. Neste sentido, a cultura enquanto dimensão de política pública não pode continuar a ser entendida como mero ornamento e distinção da classe dominante, nem como entretenimento ou ocupação dos tempos livres vocacionada para a distração dos cidadãos mais aborrecidos.

Uma política cultural democrática e atenta aos quotidianos e às circunstâncias concretas deve, acima de tudo, entender a cultura como capacidade activa de cidadania para elaborar novas estratégias

6 STAVRIDES, Stavros (2016). *O espaço comum como espaço-limiar: comunização urbana em lutas para uma reapropriação do espaço público*. Debate - Comum. Teatro Maria Matos

de vida colectiva.